

# **CS Brasil Frotas Ltda.**

**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2019 e relatório dos  
auditores independentes**

## Índice

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8
Relatório dos auditores independentes.....	47

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Balancos patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	51.648	19.206	Fornecedores	13	69.543	90.642
Títulos e valores mobiliários	8	170.059	-	Risco sacado a pagar - montadoras	13.1	5.471	-
Contas a receber	9	100.775	86.405	Arrendamento mercantil a pagar	14	49.091	25.985
Estoques		353	-	Arrendamento por direito de uso	15	11.685	-
Tributos a recuperar		2.871	449	Obrigações sociais e trabalhistas		1.259	1.008
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	49.485	55.879	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	2.025
Outros créditos	11	18.034	7.073	Tributos a recolher		3.511	1.082
		<b>393.225</b>	<b>169.012</b>	Juros sobre capital próprio a pagar	18	2.348	2.348
				Partes relacionadas	18	-	3.749
<b>Não circulante</b>				Adiantamentos de clientes		2.913	10.238
<b>Realizável a longo prazo</b>				Outras contas a pagar	20	13.815	818
Contas a receber	9	-	7.762			<b>159.636</b>	<b>137.895</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		7.510	-	<b>Não circulante</b>			
Tributos a recuperar		58	-	Empréstimos	16	102.432	-
Depósitos judiciais	17	504	504	Arrendamento mercantil a pagar	14	115.732	44.854
Outros créditos	11	29.433	20.821	Arrendamento por direito de uso	15	15.794	-
		<b>37.505</b>	<b>29.087</b>	Provisão para demandas judiciais e administrativas	17	12	584
Imobilizado	12	515.496	319.542	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	22.362	11.559
Intangível		263	-			<b>256.332</b>	<b>56.997</b>
		<b>553.264</b>	<b>348.629</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>415.968</b>	<b>194.892</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>946.489</b>	<b>517.641</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	21.1	476.722	314.110
				Lucros acumulados		53.799	8.639
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>530.521</b>	<b>322.749</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>946.489</b>	<b>517.641</b>

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receita líquida de locação e venda de ativos desmobilizados</b>	<b>22</b>	<b>355.032</b>	<b>159.259</b>
Custo de locação	23	(152.300)	(83.544)
Custo de venda de ativos desmobilizados	23	(109.494)	(40.214)
<b>Total do custo de locação e venda de ativos desmobilizados</b>		<b>(261.794)</b>	<b>(123.758)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>93.238</b>	<b>35.501</b>
Despesas comerciais	23	(290)	-
Despesas administrativas	23	(5.866)	(3.148)
Provisão de perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	23	(1.719)	(157)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23	(6.317)	441
<b>Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos</b>		<b>79.046</b>	<b>32.637</b>
Receitas financeiras	24	2.777	403
Despesas financeiras	24	(14.038)	(2.481)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>67.785</b>	<b>30.559</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19.2	(11.822)	(11.440)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19.2	(10.803)	3.831
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(22.625)</b>	<b>(7.609)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>45.160</b>	<b>22.950</b>

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a rerepresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
Em milhares de reais

---

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>45.160</b>	<b>22.950</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>45.160</u></b>	<b><u>22.950</u></b>

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a rerepresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

**CS Brasil Frotas Ltda.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Lucro acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>		<b>232.518</b>	<b>3.803</b>	<b>236.321</b>
Aumento de capital	21.1	81.592	-	81.592
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio		-	(18.114)	(18.114)
Lucro líquido do exercício		-	22.950	22.950
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>314.110</b>	<b>8.639</b>	<b>322.749</b>
Aumento de capital	21.1	162.612	-	162.612
Lucro líquido do exercício		-	45.160	45.160
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>476.722</b>	<b>53.799</b>	<b>530.521</b>

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a rerepresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas, conforme nota explicativa 4.1. Adicionalmente, os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

**CS Brasil Frotas Ltda.****Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.785	30.559
<b>Ajuste para:</b>		
Depreciação e amortização	67.783	54.501
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 10)	109.494	40.214
Créditos de impostos extemporâneos	(26)	(13)
Provisão para perdas no valor recuperável de ativos, contingências e outras perdas	8.204	170
Baixa de outros ativos (nota 12)	758	1.881
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso e risco sacado a pagar - montadoras	12.119	1.515
	<u>266.117</u>	<u>128.827</u>
<b>Variações no capital circulante líquido operacional</b>		
Contas a receber	1.586	(2.848)
Estoque	(353)	-
Fornecedores	13.739	4.166
Obrigações sociais e trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	(2.240)	513
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	5.716	10.495
	<u>18.448</u>	<u>12.326</u>
<b>Variações no capital circulante líquido operacional</b>	<b>18.448</b>	<b>12.326</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.891)	(9.851)
Demandas judiciais e administrativas pagas	(594)	(13)
Juros pagos sobre empréstimos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso e risco sacado a pagar - montadoras	(5.842)	(512)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação (nota 26.1)	(225.670)	(84.656)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários</b>	<u>33.568</u>	<u>46.121</u>
Investimento em títulos e valores mobiliários	(170.059)	-
<b>Caixa líquido (utilizados nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>(136.491)</u>	<u>46.121</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	(268)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(268)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aporte de capital em dinheiro	100.285	-
Captação de empréstimos	100.000	-
Amortização de arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso e risco sacado a pagar - montadoras	(31.084)	(25.180)
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio pagos	-	(15.766)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamentos</b>	<u>169.201</u>	<u>(40.946)</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>32.442</u>	<u>5.175</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	19.206	14.031
No final do exercício	51.648	19.206
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>32.442</u>	<u>5.175</u>
<b>Variações patrimoniais que não afetaram o caixa</b>		
Captação de arrendamento mercantil a pagar e risco sacado a pagar - montadoras para aquisição de imobilizado	(126.649)	(70.387)
Aporte de capital em contas a receber, outros créditos, imobilizado e fornecedores (nota 26.2)	62.327	81.592

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a rerepresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

## **1. Contexto operacional**

A CS Brasil Frotas Ltda. ("Empresa") é uma empresa limitada controlada direta da CS Brasil Participações e Locações Ltda. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista.

A Empresa foi constituída pela JSL S.A. ("JSL") em 30 de março de 2017, e iniciou suas atividades por meio da Cisão da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil Transportes") ocorrida em 22 de novembro de 2017. Em 01 de novembro de 2019, visando melhor segregação de seus negócios, a JSL aportou na sua controlada CS Brasil Participações, a participação direta de 88,87% que detinha na Empresa. Dando continuidade à essa reestruturação, em 30 de dezembro de 2019 a CS Brasil Transportes vendeu sua participação direta de 11,13 % na Empresa, a valor contábil para a CS Brasil Participações. Decorrente dessa reestruturação a Empresa passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas**

### **2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2020. Após a sua emissão, somente os sócios quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi aplicado. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 4.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Instrumentos financeiros**

#### **2.3.1. Ativos financeiros**

##### **a) Reconhecimento e mensuração**

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.



## **b) Classificação e mensuração subsequente**

### **Instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

### **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **c) Desreconhecimento**

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### **2.3.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

### **2.3.3. Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **2.3.4. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros**

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.(a) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

## **2.4 Mensuração ao valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2.

## **CS Brasil Frotas Ltda.**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **2.5 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

## **2.6 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)**

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação, a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

## **2.7 Imobilizado**

### **a) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

### **b) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **c) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas na nota explicativa 12.

A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

## **2.8 Intangível**

### **2.8.1. Softwares**

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## **2.9 Arrendamentos**

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram rerepresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06 (R1) e ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, revogado em 1 de janeiro de 2019. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06 (R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente, conforme nota explicativa 4.1.

## **CS Brasil Frotas Ltda.**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **a) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019**

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

##### **(i) Como arrendatária**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, A Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

## **CS Brasil Frotas Ltda.**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos" no balanço patrimonial.

#### **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor**

A Empresa classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R1), tais como:

- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

#### **(ii) Como arrendadora**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Empresa atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Empresa é uma arrendadora intermediária, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.3.1.(c) e 2.3.4). A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis à Empresa como arrendadora no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2).

**b) Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019**

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
  - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
  - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
  - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

**(i) Como arrendatária**

No período comparativo, como arrendatária, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

**(ii) Como arrendadora**

Quando a Empresa atuou como arrendadora, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo.



## **2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ e CSLL”)**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015 considerando à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retomando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

## **2.11 Provisões**

### **2.11.1 Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **2.11.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas**

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **2.12 Receitas de contrato com clientes**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

### **2.12.1 Receita de locação**

**a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos**

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas.

As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à prestação dos serviços.

**b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47**

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

### **2.12.2 Receita de venda de ativos desmobilizados**

**a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos**

Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos por meio de lojas e rede de concessionárias do Grupo JSL.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

**b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47**

A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

## **2.13 Benefícios a empregados**

### **2.13.1 Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

## **2.14 Capital social**

### **2.14.1 Juros sobre capital próprio**

Os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

## **3. Uso de estimativas de julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **3.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Prazo do arrendamento: se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação - nota explicativa 2.9. a. (ii).
- b) Receitas de contratos com clientes: se a receita de locação, prestação de serviços e ativos desmobilizados é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo - nota explicativa 2.12.

## **3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9;
- b) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - determinação do valor justo menos custos de venda do grupo, de ativos mantidos para venda com base em dados não observáveis significativos - nota explicativa 10;
- c) Imobilizado (premissas em relação ao valor residual e a vida útil) - nota explicativa 12;
- d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 17.2; e

## **CS Brasil Frotas Ltda.**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- e) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 19.

## **4. Mudanças nas principais políticas contábeis**

### **4.1 CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

#### **a) Definição de arrendamento**

A Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na nota explicativa 2.9.

Na transição para o CPC 06 (R2), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos vigentes em 1º de janeiro 2019 e/ou aqueles firmados ou alterados após aquelas datas.

#### **b) Empresa como arrendatária**

Como arrendatária, a Empresa arrenda imóveis e veículos. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com o CPC 06 (R2), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

##### **(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)**

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Na transição esses arrendamentos foram mensurados conforme nota explicativa 2.9.

A Empresa não identificou indícios de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

##### **(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1)**

A Empresa arrenda veículos leves e pesados. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1) imediatamente antes dessa data.

## **CS Brasil Frotas Ltda.**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **c) Empresa como arrendadora**

A Empresa arrenda seus ativos, como veículos leves, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

A Empresa não é requerida a fazer ajustes na transição para o CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

As políticas contábeis aplicáveis a Empresa como arrendadora não diferem daquelas do CPC 06 (R1).

A Empresa aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

#### **d) Impacto nas demonstrações financeiras na transição**

A Administração avaliou e concluiu que na data da adoção do CPC 06 (R2) "Arrendamento" não possuía contratos de arrendamento operacional de valor relevante que provocasse variação significativa do seu capital circulante líquido. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa aplicou o CPC 06 (R2) para os novos contratos de arrendamento mercantil firmados.

Para os impactos do CPC 06 (R2) no resultado do exercício, consulte as notas explicativas 12 (depreciação do direito de uso) e 15 (juros apropriados). Para detalhes sobre as políticas contábeis de acordo com o CPC 06 (R2) e CPC 06 (R1), consulte a nota explicativa 2.9.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa reconheceu o montante de R\$ 55 referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis de baixo valor e curto prazo, conforme nota 23.

### **4.2 ICPC 22 - incertezas em relação a tratamentos tributários**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde de 1 de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referente a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Empresa.

### **5. Novas normas que ainda não estão em vigor**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e
- Contratos de seguros (CPC 50).

Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

## 6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa se restringem a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas reconhecidos nas demonstrações financeiras. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

### 6.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	51.588	60	51.648	19.069	137	19.206
Títulos e valores mobiliários	170.059	-	170.059	-	-	-
Contas a receber	-	100.775	100.775	-	94.167	94.167
Outros créditos	-	43.300	43.300	-	27.894	27.894
	<b>221.647</b>	<b>144.135</b>	<b>365.782</b>	<b>19.069</b>	<b>122.198</b>	<b>141.267</b>
<b>Passivo, conforme balanço patrimonial</b>		<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>		<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Fornecedores		69.543	69.543		90.642	90.642
Risco sacado a pagar - montadoras		5.471	5.471		-	-
Empréstimos		102.432	102.432		-	-
Arrendamento mercantil a pagar		164.823	164.823		70.839	70.839
Arrendamento por direito de uso		27.479	27.479		-	-
Partes relacionadas		-	-		3.749	3.749
Outras contas a pagar		11.976	11.976		818	818
		<b>381.724</b>	<b>381.724</b>		<b>166.048</b>	<b>166.048</b>

### 6.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	51.648	19.206	51.648	19.206
Títulos e valores mobiliários	170.059	-	170.059	-
Contas a receber	100.775	94.167	100.775	94.167
Outros créditos	43.300	27.894	43.300	27.894
<b>Total</b>	<b>365.782</b>	<b>141.267</b>	<b>365.782</b>	<b>141.267</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	69.543	90.642	69.543	90.642
Risco sacado a pagar - montadoras	5.471	-	5.471	-
Empréstimos	102.432	-	103.608	-
Arrendamento mercantil a pagar	164.823	70.839	164.963	70.839
Arrendamento por direito de uso	27.479	-	27.479	-
Partes relacionadas	-	3.749	-	3.749
Outras contas a pagar	11.976	818	11.976	818
<b>Total</b>	<b>381.724</b>	<b>166.048</b>	<b>383.040</b>	<b>166.048</b>

## CS Brasil Frotas Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

**Nível 1** — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos.

**Nível 2** — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e

**Nível 3** — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2019			31/12/2018	
	Nível1	Nível2	Total	Nível2	Total
<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>					
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	8.730	8.730	1.516	1.516
Letras financeiras	-	4.496	4.496	-	-
Cota de outros fundos	60	-	60	-	-
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	-	38.302	38.302	17.553	17.553
<b>Títulos e valores mobiliários</b>					
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	120.944	-	120.944	-	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	49.115	-	49.115	-	-
	<b>170.119</b>	<b>51.528</b>	<b>221.647</b>	<b>19.069</b>	<b>19.069</b>
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo</b>					
Empréstimos	-	102.432	102.432	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	-	164.823	164.823	70.839	70.839
	-	<b>267.255</b>	<b>267.255</b>	<b>70.839</b>	<b>70.839</b>

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	4,41	4,33	4,56	5,26	5,77	6,41	7,00

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2019.

## 6.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Empresa, se referem a fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso, outras partes relacionadas, contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Empresa possui em seu ativo financeiro, contas a receber e outros créditos que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro do Grupo JSL, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração do Grupo JSL para que as atividades que

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Empresa está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração do Grupo JSL autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

A Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

**a) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

As classificações decorrentes de escala local (“Br”) e de escala global (“G”) de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de *ratings* e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

<b>Rating em Escala Local "Br"</b>		<b>Rating em Escala Global "G"</b>	
<b>Nomenclatura</b>	<b>Qualidade</b>	<b>Nomenclatura</b>	<b>Qualidade</b>
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

**i. Contas a receber**

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3.4, a Empresa utiliza uma “Matriz de Provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A Empresa utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração.

A Empresa baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados pela Empresa continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 9.

**ii. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração do Grupo JSL. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.



## CS Brasil Frotas Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é como segue:

	<b>31/12/2019</b>
<b>Valores depositados em conta corrente</b>	<b>60</b>
<b>Depósitos em aplicações financeiras</b>	
Br AAA	50.806
Br AA	782
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>51.588</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>51.648</b>
	<b>31/12/2019</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	
Br AAA	170.059
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>170.059</b>

#### b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, arrendamento mercantil a pagar e arrendamento por direito de uso, e estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

##### i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos, arrendamento mercantil a pagar e arrendamento por direito de uso, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 6.3.1.

#### c) Risco de liquidez

A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31/12/2019				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	51.648	51.648	51.648	-	-
Títulos e valores mobiliários	170.059	170.059	170.059	-	-
Contas a receber	100.775	100.775	100.775	-	-
Outros créditos	43.300	46.157	16.197	12.168	17.792
<b>Total</b>	<b>365.782</b>	<b>368.639</b>	<b>338.679</b>	<b>12.168</b>	<b>17.792</b>

	31/12/2019				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
<b>Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	69.543	69.543	69.543	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	5.471	5.471	5.471	-	-
Empréstimos	102.432	112.861	-	112.861	-
Arrendamento mercantil a pagar	164.823	181.150	58.241	67.593	55.316
Arrendamento por direito de uso	27.479	29.878	13.203	10.701	5.974
Outras contas a pagar	11.976	11.976	11.976	-	-
<b>Total</b>	<b>381.724</b>	<b>410.879</b>	<b>158.434</b>	<b>191.155</b>	<b>61.290</b>

### 6.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos, incluindo arrendamento mercantil a pagar e arrendamento por direito de uso e outros créditos. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

O estudo da Administração considera em 31 de dezembro de 2019 as seguintes taxas prováveis, impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Empresa: CDI em 4,56% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); IPCA 4,14% a.a. (fonte: Bacen); e SELIC de 4,50% a.a. (fonte: Bacen), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Empresa.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos em seu resultado financeiro, considerando um cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50% -
<b>Operações - Pós-fixadas</b>						
Aplicações financeiras	51.588	Aumento do CDI	4,52%	2.332	2.916	3.499
Direitos a receber por alienação de empresas - Joseense (i)	19.610	Aumento do IPCA	4,14%	812	1.015	1.218
Direitos a receber por alienação de empresas - Quataí (i)	19.934	Aumento do CDI	4,56%	909	1.136	1.363
Títulos e valores mobiliários - LFT	120.944	Aumento da SELIC	4,50%	5.442	6.803	8.164
Empréstimos	(102.432)	Aumento do CDI	6,06%	(6.207)	(7.759)	(9.311)
Arrendamento mercantil a pagar	(164.823)	Aumento do CDI	7,00%	(11.538)	(14.422)	(17.306)
<b>Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada</b>	<b>(55.179)</b>			<b>(8.249)</b>	<b>(10.311)</b>	<b>(12.373)</b>
<b>Operações - Pré-fixadas</b>						
Títulos e valores mobiliários - LTN	49.115	PRÉ-FIXADO	6,68%	3.281	3.281	3.281
Arrendamento por direito de uso	(27.479)	PRÉ-FIXADO	8,28%	(2.275)	(2.275)	(2.275)
<b>Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada</b>	<b>21.636</b>			<b>1.006</b>	<b>1.006</b>	<b>1.006</b>
<b>Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado</b>	<b>(33.543)</b>			<b>(7.243)</b>	<b>(9.305)</b>	<b>(11.367)</b>

(i) Os direitos a receber por alienação de empresas estão registrados na rubrica de outros créditos.

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	-	1
Bancos	60	136
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>60</b>	<b>137</b>
CDB - Certificado de depósitos bancários	8.730	1.516
Letras financeiras	4.496	-
Cota de outros fundos	60	-
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	38.302	17.553
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>51.588</b>	<b>19.069</b>
<b>Total</b>	<b>51.648</b>	<b>19.206</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio das aplicações financeiras foi 5,91% a.a. (6,42% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

**8. Títulos e valores mobiliários**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Operações</b>		
<b>Títulos públicos - Fundos exclusivos</b>		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	120.944	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	49.115	-
<b>Total</b>	<b>170.059</b>	<b>-</b>

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio foi de 5,94% a.a..

**9. Contas a receber**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valores a receber de serviços e locações (i)	39.728	69.854
Serviços e locações a faturar	23.391	24.394
Contas a receber - partes relacionadas (nota 18.1)	37.930	76
Outras contas a receber	1.602	-
(-) Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	(1.876)	(157)
<b>Total</b>	<b>100.775</b>	<b>94.167</b>
Ativo circulante	100.775	86.405
Ativo não circulante	-	7.762
<b>Total</b>	<b>100.775</b>	<b>94.167</b>

(i) Inclui o saldo remanescente em aberto do aporte de capital efetuado pela CS Brasil Participações no montante de R\$ 9.913, conforme demonstrado na nota explicativa 21.1 (i).

**CS Brasil Frotas Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**9.1 Classificação por vencimento (“aging list”) e perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Total a vencer</b>	<b>82.280</b>	<b>75.309</b>
Vencidos em até 30 dias	4.194	10.488
Vencidos de 31 a 90 dias	9.994	8.008
Vencidos de 91 a 180 dias	3.598	67
Vencidos de 181 a 365 dias	903	452
Vencidos há mais de 365 dias	1.682	-
<b>Total vencidos</b>	<b>20.371</b>	<b>19.015</b>
(-) Perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber	(1.876)	(157)
<b>Total</b>	<b><u>100.775</u></b>	<b><u>94.167</u></b>

A movimentação das perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	-
(-) adições	(157)
(+) reversões	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>(157)</u></b>
(-) adições	(1.817)
(+) reversões	98
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>(1.876)</u></b>

**10. Ativo imobilizado disponibilizado para venda**

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<b>Custo:</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>75.594</b>	<b>75.594</b>
Bens transferidos do imobilizado	148.779	148.779
Provisão de redução ao valor líquido recuperável - (“impairment”) (nota 23)	(6.463)	(6.463)
Bens baixados por venda	(175.191)	(175.191)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>42.719</u></b>	<b><u>42.719</u></b>
<b>Depreciação acumulada:</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(19.715)</b>	<b>(19.715)</b>
Bens transferidos do imobilizado	(39.216)	(39.216)
Bens baixados por venda	65.697	65.697
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>6.766</u></b>	<b><u>6.766</u></b>
<b>Saldo residual líquido:</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>55.879</b>	<b>55.879</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>49.485</b>	<b>49.485</b>

**CS Brasil Frotas Ltda.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<b>Custo:</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>3.157</b>	<b>3.157</b>
Bens transferidos do imobilizado	126.852	126.852
Bens baixados por venda	(54.415)	(54.415)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>75.594</u></b>	<b><u>75.594</u></b>
<b>Depreciação acumulada:</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	-	-
Bens transferidos do imobilizado	(33.916)	(33.916)
Bens baixados por venda	14.201	14.201
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>(19.715)</u></b>	<b><u>(19.715)</u></b>
<b>Saldo residual líquido:</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>3.157</b>	<b>3.157</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>55.879</b>	<b>55.879</b>

**11. Outros créditos**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aporte de capital (i)	39.544	27.706
Adiantamentos a fornecedores	2.002	-
Partes relacionadas (nota 18.1)	3.756	-
Outros créditos	2.165	188
<b>Total</b>	<b><u>47.467</u></b>	<b><u>27.894</u></b>
Ativo circulante	18.034	7.073
Ativo não circulante	29.433	20.821
<b>Total</b>	<b><u>47.467</u></b>	<b><u>27.894</u></b>

(i) O montante de R\$ 39.544 refere-se ao valor a receber decorrente da alienação de investimento da JSL na Quataí Transporte de Passageiros SPE Ltda. ("Quataí") de R\$ 19.934, corrigido por 100 % do CDI, com vencimento até 2022, e ao valor a receber decorrente da alienação da Joseense Transporte de Passageiros Ltda. ("Joseense Transporte") de R\$ 19.610, corrigido por 100 % do IPCA/IBGE, com vencimento até 2024 transferido para a Empresa por meio de aumento de capital, conforme nota explicativa 21.1 (i).

O montante de R\$ 27.706 refere-se ao: (i) valor de R\$ 20.807 a receber decorrente da alienação de investimento da JSL na Quataí, corrigido por 100% do CDI, com vencimento até 2022; e (ii) valor de R\$ 6.899 de outros créditos da Quataí, ambos transferidos para a Empresa por meio de aumento de capital (nota explicativa 21.1).

**CS Brasil Frotas Ltda.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12. Imobilizado**

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso (i)	Outros	Total
<b>Custo:</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>338.188</b>	<b>1.313</b>	<b>716</b>	<b>101</b>	<b>274</b>	-	<b>151</b>	<b>340.743</b>
Adições	345.521	1.008	-	-	-	27.524	-	374.053
Transferências	(71)	(16)	-	-	87	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(148.779)	-	-	-	-	-	-	(148.779)
Baixa de ativos e outros	(851)	-	-	-	-	-	-	(851)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>534.008</b>	<b>2.305</b>	<b>716</b>	<b>101</b>	<b>361</b>	<b>27.524</b>	<b>151</b>	<b>565.166</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(21.025)</b>	<b>(72)</b>	<b>(38)</b>	<b>(29)</b>	<b>(35)</b>	-	<b>(2)</b>	<b>(21.201)</b>
Despesa de depreciação no exercício	(67.422)	(198)	(38)	(29)	(37)	(52)	(2)	(67.778)
Transferência para bens destinados a venda	39.216	-	-	-	-	-	-	39.216
Baixa de ativos e outros	93	-	-	-	-	-	-	93
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(49.138)</b>	<b>(270)</b>	<b>(76)</b>	<b>(58)</b>	<b>(72)</b>	<b>(52)</b>	<b>(4)</b>	<b>(49.670)</b>
<b>Saldo líquido:</b>								
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>317.163</b>	<b>1.241</b>	<b>678</b>	<b>72</b>	<b>239</b>	-	<b>149</b>	<b>319.542</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>484.870</b>	<b>2.035</b>	<b>640</b>	<b>43</b>	<b>289</b>	<b>27.472</b>	<b>147</b>	<b>515.496</b>
<b>Taxa média de depreciação (%) no exercício:</b>								
Veículos leves	12,7%	-	-	-	-	-	-	-
Veículos pesados	7,0%	11,2%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	4,0%	20,0%	10,0%	0,19%	10,0%	-

- (i) Conforme nota explicativa 4.1, a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, baseada nos expedientes práticos adotados, não gerou efeitos a serem registrados em 1º de janeiro de 2019. Contudo, em 31 de dezembro de 2019, foram adicionados novos contratos no montante de R\$ 27.524, resultando assim, numa taxa média de depreciação baixa. Esses direitos de uso referem-se integralmente à contratos de arrendamento de imóveis.

**CS Brasil Frotas Ltda.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Veículos</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Benfeitorias em propriedade de terceiros</b>	<b>Computadores e periféricos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo:</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>220.645</b>	<b>373</b>	<b>716</b>	<b>101</b>	<b>274</b>	<b>151</b>	<b>222.260</b>
Adições	236.356	940	-	-	-	-	237.296
Adições por aumento de capital - JSL	11.148	-	-	-	-	-	11.148
Transferência para bens destinados a venda	(126.852)	-	-	-	-	-	(126.852)
Baixa de ativos e outros	(3.109)	-	-	-	-	-	(3.109)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>338.188</b>	<b>1.313</b>	<b>716</b>	<b>101</b>	<b>274</b>	<b>151</b>	<b>340.743</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>(1.844)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.844)</b>
Despesa de depreciação no exercício	(54.325)	(72)	(38)	(29)	(35)	(2)	(54.501)
Transferência para bens destinados a venda	33.916	-	-	-	-	-	33.916
Baixa de ativos e outros	1.228	-	-	-	-	-	1.228
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(21.025)</b>	<b>(72)</b>	<b>(38)</b>	<b>(29)</b>	<b>(35)</b>	<b>(2)</b>	<b>(21.201)</b>
<b>Saldo líquido:</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>218.801</b>	<b>373</b>	<b>716</b>	<b>101</b>	<b>274</b>	<b>151</b>	<b>220.416</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>317.163</b>	<b>1.241</b>	<b>678</b>	<b>72</b>	<b>239</b>	<b>149</b>	<b>319.542</b>
<b>Taxa média de depreciação (%) no exercício:</b>							
Veículos leves	12%	-	-	-	-	-	-
Veículos pesados	10%	10,10%	-	-	-	-	-
Outros	-	-	4,00%	20,00%	9,90%	10,30%	-

## 12.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamento mercantil, substancialmente representados por veículos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	183.003	37.724
Depreciação acumulada	(17.654)	(3.089)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b><u>165.349</u></b>	<b><u>34.635</u></b>

## 13. Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Veículos	58.142	63.932
Peças e manutenção	3.138	3.521
Partes relacionadas (nota 18.1)	7.345	22.544
Material de estoque	73	-
Serviços contratados	639	568
Aluguel de imóveis	10	-
Outros	196	77
<b>Total</b>	<b><u>69.543</u></b>	<b><u>90.642</u></b>

## 13.1 Risco sacado a pagar - montadoras

<b>Risco sacado a pagar - montadoras em 31/12/2018</b>	-
Novos contratos	13.630
Amortização	(7.197)
Juros Pagos	(1.136)
Juros apropriados	174
<b>Risco sacado a pagar - montadoras em 31/12/2019</b>	<b><u>5.471</u></b>
Modalidade	<b>Risco sacado</b>
Taxa média (%)	<b>6,73%</b>
Vencimento	<b>set/20</b>



**CS Brasil Frotas Ltda.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**14. Arrendamento mercantil a pagar**

Contratos de arrendamentos na modalidade de *Finame leasing* e arrendamento mercantil a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pré-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Saldo Final			Movimentação				Saldo Inicial		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em moeda nacional</b>													
No exercício de 2019	6,84%	CDI+2,44%	dez/22	49.091	115.732	164.823	113.019	(23.838)	(3.037)	7.840	25.985	44.854	70.839
No exercício de 2018	9,36%	CDI+2,93%	mar/23	25.985	44.854	70.839	70.387	(25.180)	(512)	1.515	24.032	597	24.629

## 14.1 Cronograma de amortização

Os cronogramas de amortização da Empresa estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	31/12/2019		
	Vencimento das parcelas	Total	%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>até dez/2020</b>	<b>49.091</b>	<b>30</b>
	2021	62.263	38
	2022 em diante	53.469	32
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>115.732</b>	<b>70</b>
<b>Total</b>		<b>164.823</b>	<b>100</b>

## 14.2 Garantias

Conforme demonstrado na nota explicativa 12.1, A Empresa possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos mercantis e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

## 15. Arrendamento por direito de uso

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatário são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 12.

<b>Passivo de arrendamento em 31/12/2018</b>	-
Novos contratos (nota 12)	27.524
Baixas	-
Amortização	(49)
Juros pagos	(9)
Juros apropriados	13
<b>Passivo de arrendamento em 31/12/2019</b>	<b>27.479</b>
Circulante	11.685
Não circulante	15.794
<b>Total</b>	<b>27.479</b>

A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 6 anos. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedida de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento.

A Empresa utiliza a matriz de taxas de desconto do Grupo JSL, que chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo JSL. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33:

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	7,64%
2	7,48%
3	7,84%
5	8,49%
10	8,99%
15	9,17%
20	9,23%

## 15.1 Cronograma

Os cronogramas de amortização da Empresa estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	31/12/2019		
	Vencimento das parcelas	Total	%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>até dez/2020</b>	<b>11.685</b>	<b>43</b>
	2021	9.990	36
	2022 em diante	5.804	21
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>15.794</b>	<b>57</b>
<b>Total</b>		<b>27.479</b>	<b>100</b>

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	29.878	27.479
PIS / COFINS	26	23

A Administração da Empresa na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Empresa tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos mercantis seria um aumento aproximado de R\$ 939.

## 16. Empréstimos

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2019			Movimentação			31/12/2018		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional												
Notas promissórias	5,90%	CDI+1,50%	Jun/21	-	102.432	102.432	100.000	(1.660)	4.092	-	-	-

Essas notas promissórias (NPs) se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios, com amortização de principal no final do contrato. Esses empréstimos não possuem garantias atreladas.

## 16.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização da Empresa está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	31/12/2019		
	Vencimento das parcelas	Total	%
	2021	102.432	100
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>102.432</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>		<b>102.432</b>	<b>100</b>

## 17. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa, no curso normal de seus negócios, recebe demandas e reclamações de caráter cível discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	504	504	(12)	(584)
	<b>504</b>	<b>504</b>	<b>(12)</b>	<b>(584)</b>

### 17.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

### 17.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A empresa classifica os riscos de perda com riscos e reclamações cíveis como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos cíveis é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>(584)</b>
Liquidação	13
Provisão	(13)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(584)</b>
Liquidação	594
Provisão	(22)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(12)</b>

#### Cíveis

Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações rescisórias de contrato de compra e venda de ativos (veículos).

### **17.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço**

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2019, processos em andamento de natureza cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cíveis	(106)	-
Tributárias	(53)	-
<b>Total</b>	<u><b>(159)</b></u>	<u><b>-</b></u>

#### **Cíveis**

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 17.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

#### **Tributárias**

As demandas tributárias estão relacionadas a questionamento de compensação de PIS/COFINS que compõe saldo negativo apresentado em PER/DCOMP.

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18. Partes relacionadas**

**18.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo**

No quadro a seguir, nas rubricas de outros créditos e contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e juros sobre capital próprio a pagar, estão os saldos a receber e a pagar das transações entre a empresa e suas partes relacionadas:

Ativo	Outros créditos (nota 11)		Contas a receber (nota 9)		Relacionamento	Especificação
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
<b>Partes relacionadas</b>						
CS Brasil Participações	-	-	28.460	-	Controladora	Venda de ativos
CS Brasil Transportes	3.756	-	9.470	-	Parte relacionada	Locação operacional / contas a receber decorrente de cisão
JSL	-	-	-	28	Parte relacionada	Venda de ativos
Original Veículos Ltda.	-	-	-	24	Parte relacionada	Venda de ativos
Ponto Veículos Ltda.	-	-	-	24	Parte relacionada	Venda de ativos
<b>Total</b>	<b>3.756</b>	<b>-</b>	<b>37.930</b>	<b>76</b>		

Passivo	Juros sobre capital próprio a pagar (i)		Fornecedores (nota 13)		Outras contas a pagar (nota 20)		Partes relacionadas		Relacionamento	Especificação
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
<b>Partes relacionadas</b>										
JSL	2.348	2.348	-	761	-	-	-	3.091	Parte relacionada	Compra de veículos / mútuo / JCP a pagar
CS Brasil Transportes	-	-	6.086	21.781	11.976	-	-	658	Parte relacionada	Compra de ativos / locação operacional / reembolso de despesa / CSA
CS Brasil Participações	-	-	1.228	-	-	-	-	-	Controladora	Locação operacional
Quick Logística Ltda.	-	-	30	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Compra de ativos
Original Veículos Ltda.	-	-	1	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Compra de ativos
Ponto Veículos Ltda.	-	-	-	2	-	-	-	-	Parte relacionada	Compra de ativos
<b>Total</b>	<b>2.348</b>	<b>2.348</b>	<b>7.345</b>	<b>22.544</b>	<b>11.976</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.749</b>		

(i) O saldo é referente ao JCP do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 devido para a controladora indireta JSL que era a controladora no respectivo exercício. Conforme mencionado na nota 1, no exercício de 31 de dezembro de 2019 a controladora passou a ser a CS Brasil Participações.

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**18.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado**

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de transações entre a Empresa e suas partes relacionadas:

Resultado	Locação e serviços prestados		Locação e serviços tomados		Venda de ativos		Compra de ativos		Despesas administrativas		Outras receitas operacionais		Despesa financeira	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Avante Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	237	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Participações	-	-	(1.228)	-	28.461	-	(28.461)	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	9.304	-	(30.075)	-	16.266	2.466	(16.179)	(468)	(881)	(529)	-	-	(33)	-
JSL	-	-	-	-	8.789	106	(8.789)	(4.254)	(3.581)	(2.450)	-	29	(258)	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	-	-	-	-	268	-	(268)	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	(2)	-	81	2.256	(81)	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	-	(1)	-	-	570	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	(70)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.304</b>	<b>-</b>	<b>(31.376)</b>	<b>-</b>	<b>53.865</b>	<b>5.635</b>	<b>(53.778)</b>	<b>(4.722)</b>	<b>(4.462)</b>	<b>(2.979)</b>	<b>-</b>	<b>29</b>	<b>(291)</b>	<b>-</b>

### 18.3 Transações garantidas pela Empresa para sua Controladora

No exercício findo de 31 de dezembro de 2019 foi aprovada a outorga de garantia fidejussória pela Empresa, à sua controladora indireta JSL S.A, no âmbito da sua 12ª emissão de debentures, no valor de R\$ 600.000 e incidência de juros remuneratórios correspondentes a 124% do CDI.

### 18.4 Remuneração dos administradores

Conforme nota explicativa 1, a constituição da Empresa está substancialmente relacionada à cisão de ativos da parte relacionada CS Brasil Transportes. Consequentemente, os Administradores da Empresa foram remunerados até 31 de dezembro de 2019 pela CS Brasil Transportes, não havendo, portanto, despesa de remuneração com administradores nas demonstrações de resultados.

## 19. Imposto de renda e contribuição social

### 19.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Créditos fiscais</b>		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	14	208
Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	637	53
<b>Total créditos fiscais brutos</b>	<u>651</u>	<u>261</u>
<b>Débitos fiscais</b>		
Receita diferida de órgãos públicos	(5.553)	-
Depreciação econômica vs. fiscal	(405)	(7.779)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(16.891)	(4.041)
Impacto do arrendamento por direito de uso	(164)	-
<b>Total débitos fiscais brutos</b>	<u>(23.013)</u>	<u>(11.820)</u>
<b>Total débitos fiscais, líquidos</b>	<u>(22.362)</u>	<u>(11.559)</u>

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>(15.390)</b>
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	3.831
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>(11.559)</u>
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(10.803)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>(22.362)</u>



## 19.2 Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>67.785</b>	<b>30.559</b>
Alíquotas nominais	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais</b>	<b>(23.047)</b>	<b>(10.390)</b>
<b>(Adições) exclusões permanentes</b>		
Incentivos fiscais - PAT	607	211
Juros sobre capital próprio	-	2.351
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(185)	219
<b>IRPJ e CSLL apurados</b>	<b>(22.625)</b>	<b>(7.609)</b>
Corrente	(11.822)	(11.440)
Diferido	(10.803)	3.831
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(22.625)</b>	<b>(7.609)</b>
Alíquota efetiva	(33,38%)	(24,90%)

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

## 20. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Partes relacionadas (nota 18.1)	11.976	-
Reserva de seguro	1.118	-
Outras	721	818
<b>Total</b>	<b>13.815</b>	<b>818</b>

## 21. Patrimônio líquido

### 21.1 Capital social

O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 476.722 (R\$ 314.110 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 476.722.20 quotas sem valor nominal pertencentes 100% à CS Brasil Participações (34.018.114 quotas pertenciam à CS Brasil Transportes com participação de 10,83% e 280.091.894 quotas pertenciam à JSL S.A com participação de 89,17%, totalizando 314.110.008 quotas em 31 de dezembro de 2018).

	<u>Valor</u>	<u>Quotas</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>232.518</b>	<b>232.517.796</b>
Aumento de capital (ii)	81.592	81.592.212
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>314.110</b>	<b>314.110.008</b>
Aumento de capital (i)	162.612	162.612.193
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>476.722</b>	<b>476.722.201</b>

## CS Brasil Frotas Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Controladora CS Brasil Participações e a ex-sócia CS Brasil Transportes aprovaram o aumento do capital social da Empresa no montante de R\$ 162.612, mediante a criação de 162.612.193 novas quotas. As novas quotas foram subscritas da seguinte forma: i) R\$ 23.366 pela CS Brasil Participações por meio de transferência de R\$ 19.610 advindos da alienação do investimento na Joseense e R\$ 3.756 advindos de outros recebíveis, ambos registrados na rubrica "outros créditos"; ii) R\$ 9.913 pela CS Brasil Participações por meio de transferência de contas a receber, registradas na rubrica "contas a receber"; iii) R\$ 100.285 pela CS Brasil Transportes por meio de aporte em caixa; e iv) R\$ 29.048 pela CS Brasil Transportes por meio de abatimento de títulos em aberto entre as empresas e que estavam registrados na rubrica "fornecedores".
- (ii) Em 31 de dezembro de 2018 a JSL e a CS Brasil Transportes aprovaram o aumento do capital social da Empresa no montante de R\$ 81.592, mediante a criação de 81.592.212 novas quotas. As novas quotas foram subscritas da seguinte forma: i) R\$ 27.706 pela JSL por meio de transferência de recebíveis advindos da alienação do investimento na Quataí, registrados na rubrica de outros créditos; ii) R\$ 7.762 pela JSL por meio de transferência de contas a receber, registrados na rubrica de contas a receber; iii) R\$ 11.148 pela JSL por meio de transferência de ativos imobilizados, registrados na rubrica de imobilizado; e iv) R\$ 34.976 pela CS Brasil Transportes por meio de transferência de contas a receber, registrados na rubrica de contas a receber.

## 21.2 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Para fins das demonstrações financeiras, a distribuição de lucros e juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio deliberado pelos quotistas são assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>45.160</b>	<b>22.950</b>
Distribuição de lucros	-	(11.200)
Juros sobre capital próprio	-	(6.914)
<b>Total destinação do resultado</b>	<b>-</b>	<b>(18.114)</b>

## 22. Receita líquida de locação e venda de ativos desmobilizados

### a) Fluxos de receitas

A Empresa gera receita principalmente pela locação e venda de ativos desmobilizados.

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de locação	245.957	121.511
Receita de venda de ativos desmobilizados	109.075	37.748
<b>Receita líquida total</b>	<b>355.032</b>	<b>159.259</b>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita bruta</b>	<b>381.183</b>	<b>171.811</b>
<b>Menos:</b>		
Impostos sobre vendas	(25.076)	(12.422)
Devoluções	(1.075)	(130)
<b>Receita líquida total</b>	<b>355.032</b>	<b>159.259</b>

**CS Brasil Frotas Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento**

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita da Empresa:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Receita de locação de veículos	245.957	121.511
<b>Receita líquida de locação e prestação de serviços</b>	<b>245.957</b>	<b>121.511</b>
Receita de venda de ativos desmobilizados	109.075	37.748
<b>Receita líquida total</b>	<b>355.032</b>	<b>159.259</b>
<b>Tempo de reconhecimento de receita</b>		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	109.075	37.748
Serviços transferidos ao longo do tempo	245.957	121.511
<b>Receita líquida total</b>	<b>355.032</b>	<b>159.259</b>

**23. Gastos por natureza**

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Custo / despesas com frota	(14.859)	(8.955)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(109.494)	(40.214)
Pessoal	(13.299)	(7.555)
Depreciação e amortização	(67.783)	(54.501)
Peças, pneus e manutenções	(29.761)	(12.723)
Combustíveis e lubrificantes	(2.353)	(870)
Prestação de serviços	(5.935)	(2.950)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(1.719)	(157)
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	304	(13)
Energia elétrica	(150)	(125)
Aluguéis de imóveis (nota 4.1)	(55)	(989)
Aluguéis de veículos (i)	(31.738)	(209)
Resultado na venda de veículos avariados	(277)	154
Recuperação de PIS e COFINS (ii)	15.980	6.163
Monitoramento	(4.341)	(2.491)
Provisão de redução ao valor líquido recuperável - ("impairment") (nota 10)	(6.463)	-
Outros custos	(4.043)	(1.187)
	<b>(275.986)</b>	<b>(126.622)</b>
Custo de locação	(152.300)	(83.544)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(109.494)	(40.214)
Despesas comerciais	(290)	-
Despesas administrativas	(5.866)	(3.148)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(1.719)	(157)
Outras despesas operacionais	(6.964)	(13)
Outras receitas operacionais	647	454
	<b>(275.986)</b>	<b>(126.622)</b>

(i) Inclui saldo de alugueis de veículos leves e pesados utilizados nas operações. Não foram classificados como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerraram dentro do exercício.

(ii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos serviços prestados, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas.

## 24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	1.798	403
Receita de variação monetária	39	-
Descontos obtidos	750	-
Outras	190	-
<b>Receita financeira total</b>	<u><b>2.777</b></u>	<u><b>403</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
<b>Despesas do serviço da dívida</b>		
Juros sobre empréstimos	(4.092)	-
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(7.840)	(1.515)
Juros de risco sacado a pagar - montadoras	(174)	-
<b>Despesa total do serviço da dívida</b>	<u><b>(12.106)</b></u>	<u><b>(1.515)</b></u>
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(13)	-
Juros passivos	(742)	(201)
Despesas bancárias	(2)	(385)
IOF	(20)	(143)
Outras	(1.155)	(237)
<b>Despesa financeira total</b>	<u><b>(14.038)</b></u>	<u><b>(2.481)</b></u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u><b>(11.261)</b></u></u>	<u><u><b>(2.078)</b></u></u>

## 25. Arrendamento operacional

### 25.1 Empresa como arrendadora

A Empresa possui contratos de prestação de serviços de locação que são classificados como arrendamento mercantil operacional, com prazos de vencimento até 2024. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
263.706	218.291	167.687	124.950	34.613	-	<b>809.247</b>

## 26. Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 26.1 Aquisição de ativo imobilizado

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

## CS Brasil Frotas Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/21/2019	31/21/2018
Total das adições do imobilizado no exercício (nota 12)	374.053	237.296
Adições financiadas por arrendamento mercantil a pagar e risco sacado a pagar – montadoras	(126.649)	(70.387)
<b>Saldo das adições do exercício liquidadas com fluxos de caixa</b>	<b>247.404</b>	<b>166.909</b>
Adições de arrendamento por direito de uso (nota 12)	(27.524)	-
Variação no saldo de fornecedores	5.790	(82.253)
<b>Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado</b>	<b>225.670</b>	<b>84.656</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa:</b>		
Imobilizado operacional para locação	225.670	84.656
<b>Total</b>	<b>225.670</b>	<b>84.656</b>

## 26.2 Outras variações patrimoniais

Conforme nota explicativa 21.1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizados aportes de capital sem efeito de caixa, sendo (i) R\$ 19.610 em outros créditos aportado pela CS Brasil Participações; (ii) R\$ 3.756 em outros créditos aportado pela CS Brasil Participações; (iii) R\$ 9.133 em contas a receber aportado pela CS Brasil Participações; e (iv) R\$ 29.828 como abatimento de títulos em aberto entre as empresas e que estavam registrados na rubrica em fornecedores aportado pela CS Brasil Transportes.

Conforme nota explicativa 21.1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizados aportes de capital sem efeito de caixa, sendo (i) R\$ 27.706 pela JSL por meio de transferência de recebíveis advindos da alienação do investimento na Quataí; ii) R\$ 7.762 pela JSL por meio de transferência de contas a receber; iii) R\$ 11.148 pela JSL por meio de transferência de ativos imobilizados; e iv) R\$ 34.976 pela CS Brasil Transportes por meio de transferência de contas a receber.

## 27. Evento subsequente

### 27.1 Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Empresa está avaliando os impactos da COVID-19 em seus negócios e nas demonstrações financeiras, observando as normas aplicáveis.

A Administração do Grupo JSL, do qual a Empresa faz parte, instituiu o comitê de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, através desse comitê, estabeleceu processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação diária da situação, alinhados com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

- Cuidado com os colaboradores: Até o momento, o comitê vem trabalhando no estabelecimento de políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, adotando medidas como: (i) adoção de *home-office* para parte dos colaboradores, inclusive para as pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco; (ii) horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nos escritórios da Empresa; (iii) adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitar a circulação; (iv) disponibilização de veículos para os colaboradores que utilizam transporte público; (v) férias coletivas e utilização de banco de horas; (vi) e introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais;
- Impactos econômico-financeiros.

A Empresa vem obedecendo às determinações de órgãos públicos e governos quanto ao fechamento de operações, mantendo em funcionamento as atividades não determinadas ao fechamento, como gestão de frotas.

## **CS Brasil Frotas Ltda.**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A Empresa possui condição financeira suficiente para o atravessamento da crise instalada, citando principalmente as seguintes circunstâncias:

- A maior parte da receita da Empresa é originada de contratos de longo prazo de locação de frota para empresas prestadoras de serviços considerados essenciais.
- A Administração está trabalhando para adequar a estrutura de custos da Empresa de acordo com as variações em sua geração de caixa, com acompanhamento diário.

A Administração também fez uma avaliação geral do cenário atual e considerou: (i) o estágio de disseminação do vírus (ii) trata-se de um evento novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; (iii) todos os Governos estaduais, municipais e federal ainda se encontram em fase de análise, ajustamento e adoção de medidas e, por isso, é impraticável saber nesse momento quantas medidas serão adotadas e a extensão das mesmas; (iv) a instabilidade causada nos mercados de títulos e valores mobiliários não pode ser seguramente medida, visto o grau de volatilidade causada por um cenário de *stress*.

Com base nisso, foi concluído que não é possível, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros presentes ou futuros decorrentes da pandemia da COVID-19.

A Empresa está trabalhando com foco para superar todas as dificuldades temporárias tendo sempre como prioridade a segurança de seus colaboradores, o atendimento dos seus clientes, e a manutenção de sua saúde financeira e resultados.

\* \* \* \* \*



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Quotistas da

### CS Brasil Frotas Ltda.

Mogi das Cruzes - São Paulo

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães  
Contador CRC RJ-092095/O-8